PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS A INICIAÇÃO A DOCÊNCIA: POSSIBILIDADES E LIMITES

THE INSTITUTIONAL SCHOLARSHIP PROGRAM INITIATION TO TEACHING: POSSIBILITIES AND LIMITS

Juliana Alves da Guarda
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Regional Jataí, Goiás, Brasil
julianaalvesjti@hotmail.com

Elizabeth Gottschalg Raimann
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Regional Jataí, Goiás, Brasil
elizabethraimann@gmail.com

Resumo. Este artigo problematiza o Programa Institucional de Bolsas à Iniciação a Docência (PIBID). A investigação é de cunho bibliográfico e documental. Objetiva conhecer e analisar o PIBID e seus desdobramentos na formação inicial de professores. Como procedimentos metodológicos foram analisados o Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2008), a legislação pertinente ao programa: Decretos n.º 6.755/2009 (BRASIL, 2009) e n.º 7.219/2010 (BRASIL, 2010), Lei n.º 12.796/2013 (BRASIL, 2013) e Portaria CAPES n.º 96/2013 (CAPES, 2013a), além de artigos disponíveis na internet. Para subsidiar a análise tomou-se os estudos de Gatti [et al] (2014), Moura (2013), Medeiros e Pires (2014). Os resultados parciais apontam que o PIBID iniciou suas atividades enquanto uma ação de governo dentro do programa de formação inicial de professores, no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O investimento inicial ocorreu em áreas específicas das licenciaturas como matemática, física, química e biologia. Posteriormente, abrangeu as demais áreas fortalecendo a docência ao proporcionar a troca de experiências entre os estudantes das licenciaturas em formação com os professores que já atuam na educação básica. Com o Plano Nacional de Educação (2014-2024) o PIBID tornou-se uma política de Estado conforme preconiza a meta 15, em sua estratégia três. Apesar dos avanços proporcionados pelo programa, este também apresenta seus limites, como a redução dos investimentos atingindo os bolsistas e coordenadores, dentre outras questões.

Palavras-chave: PIBID. Formação inicial de professores. Plano Nacional de Educação.

Abstract. This paper discusses the Institutional Scholarship Program Initiation to Teaching (PIBID). The research, a bibliographic and documental type, aims at understanding and analyzing the PIBID and its development, concerning the early teacher training. As methodological procedures some documents were analyzed: Development Plan of Education (PDE), the relevant legislation to the program: Decree No. 6,755 / 2009 and No. 7,219 / 2010, Law No. 12,796 / 2013 and CAPES Ordinance No. 96 / 2013, as well as articles available on the internet. The analysis was underpinned on studies defended by Gatti [et al] (2014), Moura (2013), Medeiros and Pires (2014). Partial results show that the PIBID began the activities while an action of government within the program for teaching initiation in the EDP context. The initial investment occurred in specific areas of undergraduate education such as: Mathematics, Physics, Chemistry and Biology. Subsequently, other areas were covered strengthening teaching profession by providing the exchange of experiences among the students of undergraduate courses training and teachers who have been working in the basic education. Thus, with The National Education Plan (2014-2024) the PIBID became a State policy, as advocated the goal 15, in its strategy three. Despite the advances provided by the program, this also presents its limits, such as the reduction of investments reaching scholarship students and coordinators, among other issues.

Keywords: PIBID. Initial teacher education. National Education Plan.

INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) busca incentivar a formação inicial e continuada de professores, objetivando colaborar com a melhoria da educação básica no país mediante parceria entre a universidade e a escola pública.

O PIBID é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e oferece bolsas remuneradas para os licenciandos, professores da universidade e professores da escola pública onde são desenvolvidas as atividades pedagógicas (BRASIL, 2013a).

O programa, inicialmente, surgiu no contexto da proposta do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) enquanto ação do governo federal objetivando a valorização do magistério da educação básica mediante incentivo a formação inicial de professores (BRASIL, 2008). Posteriormente, o PIBID foi incorporado como uma das estratégias da meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) (BRASIL, 2014), passando a ser considerado como um programa de Estado.

A problemática do tema está relacionada à formação inicial de professores dentro da proposta da Política Nacional de Valorização do Magistério da Educação Básica do governo federal presente no (PDE) a partir do ano de 2008.

O objetivo deste artigo é apresentar o PIBID que, de um programa de formação inicial de professores dentro do PDE, passou a ser um programa de Estado mediante o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e, ao mesmo tempo, trazer alguns elementos de análise sobre o programa apontando os seus limites.

METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se como bibliográfica e documental. Segundo Ludke e André (1986), a pesquisa documental não se diferencia muito da pesquisa bibliográfica, a diferença entre ambas encontra-se na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza das contribuições de vários autores sobre algum assunto, a pesquisa documental, por sua vez, trata com fontes primárias que muitas vezes ainda não foram analisadas.

Desta forma, tomaram-se para análise os documentos referentes ao PIBID, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2008), os Decretos n.º 6.755/2009 (BRASIL, 2009) que Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da CAPES e n.º 7.219/2010 (BRASIL, 2010) que trata do PIBID, a Lei n.º 12.796/2013 (BRASIL, 2013) que dispõe sobre a formação dos profissionais da educação e a Portaria n.º 96/2013 (CAPES, 2013a) que regulamenta o programa. Consideraram-se também as publicações nos Anais do Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão (CONPEEX), da Universidade Federal de Goiás (UFG), entre 2013 e 2014, momento em que outras licenciaturas aderiram ao programa. A escolha dos Anais permitiu verificar os resultados das atividades desenvolvidas no PIBID, pois nesses eventos científicos a universidade abre espaço para que todos os trabalhos desenvolvidos sejam apresentados e publicados. Também foram considerados como fonte de dados algumas notícias publicadas na internet trazendo informes e considerações sobre o andamento do programa nas Instituições de Ensino Superior, como Boletim *Pensar a educação em pauta*, noticias do G1 Globo e Jornal da Ciência. Como subsídio de análise tomou-se as contribuições dos estudos de Gatti [*et al*] (2014), Medeiros e Pires (2014) e Moura (2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao tratar das políticas de formação de professores dentro do contexto educacional, Medeiros e Pires (2014) alegam que na década de 1990, ocorreram algumas transformações em relação a essa formação. Apontam, inicialmente, para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996 que, em seu art. 62, propõe aos professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental uma formação, preferencialmente, em nível superior para atuar nesta área específica.

Posteriormente, o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2009) vem estabelecer a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica no intuito de preparar a formação inicial e continuada de professores da educação básica.

Esse decreto, como se verá a seguir, alinhavou a proposta inicial do PIBID contida no PDE à Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Nesse sentido, o art. 2º do Decreto n.º 6.755/2009 traz doze incisos que elencam os princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Dentre eles, se destacam: a formação de professores da educação básica como uma responsabilidade do Estado, garantindo o direito das crianças, jovens e adultos para uma educação de qualidade; a formação de profissionais compromissados com um projeto social, político e ético a fim de promover a emancipação dos sujeitos; articulação entre teoria e prática no processo de formação docente considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a escola como espaço importante de formação inicial dos futuros professores; a valorização profissional do docente e seu importante papel no processo educativo da escola; igualdade ao acesso a formação inicial e continuada, procurando reduzir as desigualdades sociais e regionais existentes no país (BRASIL, 2009).

Os objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica estão presentes no art. 3º do decreto com dez incisos. Destes, destacam-se: melhorar a educação básica; proporcionar a valorização de professores por meio da formação inicial e continuada que incentivem o ingresso e permanência na profissão; ampliar o número de docentes formados em instituições públicas de ensino superior; e "promover a integração da educação básica com a formação inicial docente, assim como reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais regionais" (BRASIL, 2009).

Se por um lado, o art.4º do mesmo decreto acima aponta para os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio a Docentes como forma de alcançar os objetivos propostos pela Política Nacional de Formação do Magistério da Educação Básica, por outro, é no artigo 10 que se verá a atuação da CAPES no direcionamento a programas de iniciação à docência. Como se lê:

> Art. 10. A CAPES incentivará a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica, mediante fomento a programas de iniciação à docência e concessão de bolsas a estudantes matriculados em cursos de licenciatura de graduação plena nas instituições de educação superior.
>
> § 1o Os programas de iniciação à docência deverão prever:
>
> I - a articulação entre as instituições de educação superior e os sistemas e as redes de educação básica; e
>
> II - a colaboração dos estudantes nas atividades de ensino-aprendizagem da escola pública.
>
> § 2o Os programas de iniciação à docência somente poderão contemplar cursos de licenciatura com avaliação positiva conduzida pelo Ministério da Educação [...] (BRASIL, 2009).

Desta forma, o art. 10 aponta para a Capes como aquela que estimulará a formação dos professores para exercerem a educação básica, por meio de programas de iniciação a docência e o auxilio de bolsas para os alunos dos cursos de licenciatura do ensino superior. Os programas de iniciação a docência deverão estabelecer uma relação favorável entre ensino superior e a educação básica. Os alunos, por sua vez, precisarão ajudar nas atividades de ensino aprendizagem nas escolas parceiras do programa.

Para se compreender o desenvolvimento do PIBID nestes oito anos de atuação, é preciso, inicialmente, situá-lo no contexto do PDE (BRASIL, 2008).

O PDE foi apresentado no dia 15 de março de 2007, mas somente em 24 de abril de 2007 esse plano foi oficialmente lançado pelo Ministério da Educação. O PDE foi pensando como um plano que enfrentaria os problemas da educação brasileira, para melhorar a qualidade educacional das escolas do país. Esse plano apresentou trinta ações envolvendo a educação básica, o educação superior, a alfabetização de jovens e adultos, e a educação tecnológica.

Dentro do PDE, o PIBID aparece em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), como é apresentado abaixo:

> A UAB e o PIBID, por seu turno, alteram o quadro atual da formação de professores, estabelecendo relação permanente entre educação superior e educação básica. É o embrião de um futuro sistema nacional público de formação de professores, no qual a União, por meio da Fundação Coordenação de

> Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assume enfim uma responsabilidade que, a rigor, sempre foi sua (BRASIL, 2008, p. 16).

Inicialmente o PIBID objetivou priorizar os alunos de licenciatura das áreas como a física, química, biologia e matemática, devido à menor presença de professores em exercício com formação específica (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, os futuros licenciados não apenas vivenciariam a profissão docente, mas teriam incentivo para permanecer na docência, além de colaborarem para melhorar a qualidade da educação básica, visando bons resultados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Segundo o Relatório de gestão da Diretoria de Educação Básica Presencial/Capes (DEB) 2009-2013, o lançamento do programa dava prioridade para as áreas de Física, Química, Biologia e Matemática para o ensino médio. Essa preferência era por causa da falta de professores nessas disciplinas escolares. Com os resultados positivos do programa na educação básica, a demanda foi ampliada e em 2009 foi estendido a todas as licenciaturas (CAPES, 2013b).

A ampliação do programa às demais licenciaturas foi perceptível, por exemplo, na Universidade Federal de Goiás (UFG) quando a instituição participou pela primeira vez do PIBID em 2008, concorrendo ao edital MEC/CAPES/FNDE com a temática "Formação de professores em ciências e matemática" (2009-2011). Naquele momento foram contemplados os cursos de Química, Física, Biologia e Matemática dos campi de Goiânia, Catalão e Jataí, disponibilizadas 44 bolsas para estudantes do curso de licenciatura, 12 bolsas para coordenação e 11 para a supervisão (CAPES, 2011).

Em 2009, a UFG participou do segundo edital concorrendo com o projeto "Formação Inicial de professores na UFG". Nesse projeto foram aprovados oito cursos de licenciaturas, sendo eles, Artes Visuais, Educação Física, Filosofia, Letras, Música, Pedagogia e Matemática do campus de Goiânia e Educação Física do campus de Catalão (CAPES, 2011).

Da mesma forma, em 2011, para atender ao edital de nº 001/2011 houve um grande interesse por parte das licenciaturas em participar do programa, totalizando dezesseis cursos distribuídos entre Goiânia, Catalão, Jataí e Cidade de Goiás. Assim, no campus de Goiânia participaram os cursos de Artes Cênicas, Biologia, Física, Geografia, Matemática, Pedagogia e Química; do Campus de Catalão participaram Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Matemática e Química; do campus de Jataí os cursos de Física e Química, e, por fim, do campus da Cidade de Goiás o curso de Filosofia (CAPES, 2011).

Conforme o Decreto n.º 7.219/2010 em seu artigo 6º "O PIBID atenderá à formação em nível superior de docentes para atuar nos níveis infantil, fundamental e médio da educação básica, bem como na educação de pessoas com deficiência, jovens e adultos, comunidades quilombolas, indígenas e educação no campo" (BRASIL, 2010).

Por meio da Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013, que regulamenta o PIBID, o capítulo I apresenta a seguinte definição do programa:

> Art. 1º O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, doravante denominado Pibid, tem como base legal a Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 12.796/2013 e o Decreto nº 7.219/2010.
> Art. 2º O Pibid é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira.
> Art. 3º Os projetos apoiados no âmbito do Pibid são propostos por instituições de ensino superior (IES) e desenvolvidos por grupos de licenciandos sob supervisão de professores de educação básica e orientação de professores das IES.
> Parágrafo único. O apoio do programa consiste na concessão de bolsas aos integrantes do projeto e no repasse de recursos financeiros para custear suas atividades (CAPES, 2013 a).

Os fundamentos legais do PIBID se iniciam a partir da Lei nº 9.394/1996, no artigo 62 do capítulo VI (Profissionais da educação). Esse artigo é alterado em 2013, pela Lei n.º12.796 acrescentando a ele o seguinte parágrafo:

> § 5o A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior [(BRASIL, 2013, grifo nosso)].

Desta forma, o artigo apresenta que a União, Distrito Federal, Estados e os Municípios estimularão a formação docente para exercer atividades na educação básica pública, por meio do PIBID, para alunos matriculados no ensino superior em cursos de licenciaturas.

O Decreto nº 7.219/2010, por sua vez, que dispõe sobre o PIBID, tem a intencionalidade de não apenas promover a iniciação à docência, colaborando para aprimoramento da formação docente, mas de contribuir para a qualidade da educação pública do país incentivando a permanência do futuro licenciado na área de atuação.

Com isso o programa busca estimular os estudantes em formação para a profissão docente na educação básica; valorizar o magistério; aproximar universidade e escola a fim de que os professores que já atuam na docência possam colaborar para a formação dos bolsistas e os mesmos possam juntar a teoria e prática fazendo uma reflexão do exercício cotidiano vivenciado no contexto educacional, para que, se possível, possam superar os problemas encontrados no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Medeiros e Pires (2014), o PIBID busca inserir os alunos em sua formação inicial adquirindo experiências no cotidiano escolar para que possam aperfeiçoar essa formação, como parte do processo da luta pela qualidade da educação.

Este programa tem a intenção contribuir na formação inicial de muitos estudantes, amenizando o medo que a maioria possui em lidar com a sala de aula por falta de experiência. Assim sendo, Medeiros e Pires (2014) afirmam que o PIBID como uma política governamental, percebe a precisão de investir na formação de professores, tendo relação com diversos tipos de ações pedagógicas que contribuem para a formação inicial, continuada e permanência na docência.

Nesse sentido, o Decreto n.º7.219/2010 traz como objetivos do PIBID em seu artigo terceiro:

> I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
> II - contribuir para a valorização do magistério;
> III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
> IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
> V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
> VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2010).

O Relatório de Gestão da Diretoria de Educação Básica Presencial/Capes (DEB) (2009-2014), apresenta as perspectivas para PIBID de 2015, destacando o grande crescimento do programa.

> Pelos depoimentos dos coordenadores, supervisores e bolsistas de iniciação, o Pibid atrai novos alunos para as licenciaturas, reduz o abandono e a evasão nos cursos, melhora o desempenho acadêmico, reforça a opção pela docência, aperfeiçoa os formadores de professores. Por essas razões, seu crescimento é poderoso aliado no alcance das metas 15 e 16 do PNE que tratam de formação inicial e continuada de professores e das demais metas que cuidam de qualidade e universalização da educação básica no Brasil (CAPES, 2015, p. 113).

Desta forma, temos que o PIBID permite que os alunos não desistam dos cursos de licenciatura, além de melhorar o esforço acadêmico, faz com que os alunos decidam pela profissão docente. Com isso, o desenvolvimento do programa é importante, já que correspondem as Metas 15 e 16 do PNE

que abordam a formação inicial e continuada de professores, perante a ampliação de programas de iniciação a docência para alunos das licenciaturas, com intuito de incentivar para profissão docente.

Uma pesquisa realizada por Gatti [et al] (2014) sobre o PIBID nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste do país, revelam alguns dados envolvendo os bolsistas dos cursos de licenciatura, apontando algumas contribuições do PIBID. Sendo elas:

> • Proporciona contato direto dos Licenciandos Bolsistas, já no início de seu curso, com a escola pública, seu contexto, seu cotidiano, seus alunos.
> • Permite a aproximação mais consistente entre teoria e prática.
> • Estimula a iniciativa e a criatividade, incentivando os Licenciandos a buscar soluções, planejar e desenvolver atividades de ensino e a construir diferentes materiais didáticos e pedagógicos.
> • Estimula o espírito investigativo.
> • Contribui para a valorização da docência por parte dos estudantes.
> • Proporciona formação mais qualificada dos Licenciandos (p. 104).

Os resultados obtidos pelas autoras revelam que o PIBID contribui para a formação dos alunos, como ter contato com a escola pública no inicio da graduação; possibilitar a relação entre teoria e prática; proporcionar a busca por alternativas que contribuam para resolver os problemas encontrados na escola, além de planejar e desenvolver atividades pedagógicas criativas; levar os alunos a ter curiosidade e a investigar as situações vivenciadas; e, por fim, contribuir na valorização da profissão docente.

Nesta mesma pesquisa, ainda são apresentadas algumas sugestões pelos bolsistas, supervisores da escola pública e coordenadores de áreas para o programa, como se lê:

> • Garantir a continuidade do programa como proposta permanente.
> • Garantir a continuidade do programa nas IES já participantes.
> • Ampliar o programa aumentando o número de instituições participantes, de escolas, de bolsas.
> • Melhorar a gestão institucional, os procedimentos burocráticos; simplificar e agilizar a liberação de verbas.
> • Simplificar o modelo de relatório e ter periodicidade menor (anual).
> • Oferecer apoios administrativos ao programa.
> • Disponibilizar recursos para aquisição de material permanente e aumentar verba de custeio.
> • Oferecer auxílio-transporte aos estudantes-bolsistas.
> • Aumentar o valor das bolsas, com reajustes periódicos.
> • Prever bolsa para mais de um coordenador de área no mesmo campo disciplinar, proporcional ao número de Licenciandos Bolsistas e Professores Supervisores.
> • Proporcionar maior intercâmbio e integração com outras IES e escolas com projetos na mesma área.
> • Ter espaço físico na IES adequado ao desenvolvimento dos projetos do Pibid.
> • Ter orientações e informações mais claras sobre a gestão do programa na instituição.
> • Implementar projetos no início do ano letivo, facilitando a organização das atividades na escola.
> • Avaliar e construir indicadores de avaliação do programa para orientar a gestão (administrativa e pedagógica) (p. 106).

Das sugestões acima, destacamos a continuidade do PIBID, ampliação do número de instituições participantes e de bolsas, melhorar a liberação das verbas, modificar o modelo do relatório, proporcionar apoio administrativo, aumento do valor da bolsa, ofertar auxílio transporte para os estudantes locomoveram até a escola, proporcionar uma troca de experiência com outras instituições de ensino superior e escolas da mesma área de atuação e uma avaliação do programa para orientar a gestão.

Essa visão também é compartilhada por alunos bolsistas do programa dentro da UFG, conforme os relatos de experiência divulgados no CONPEEX entre os anos de 2013 e 2014. Segundo os bolsistas, houve a interação entre universidade e escola, como se pode ler abaixo:

> O projeto trouxe interações entre a Universidade e o espaço escolar público, permitindo-nos propor algumas soluções para parte dos problemas enfrentados pela escola. O projeto continua em desenvolvimento na escola por meio de alianças estratégicas e enriquecedoras para o espaço escolar e os bolsistas (AVELAR; ALMEIDA; SOLAZZI, 2013, p. 9.539).

Apesar dos fatores positivos do PIBID, a mesma pesquisa de Gatti et al (2014) apresenta algumas fragilidades do programa, sendo elas:

> • Não valorização acadêmica nas avaliações oficiais (especial da Capes) das atividades desenvolvidas pelos professores no Pibid.
> • Encontram-se, em alguns projetos, formas pouco efetivas e distantes da própria proposta do Pibid (falta de atuação efetiva na escola e nas salas de aula).
> • Necessidade de maior envolvimento dos docentes da IES com o programa na escola.
> • Falta de maiores esclarecimentos quanto ao desenvolvimento do programa na escola, para todos os envolvidos.
> • Problemas de adaptação das escolas parceiras com a universidade credenciada pelo programa.
> • Problemas com a própria burocracia interna à IES.
> • Falta de clareza de comunicação na IES sobre procedimentos ou critérios de distribuição de verbas, o que pode prejudicar o desenvolvimento de projetos.
> • O modelo de relatório apontado como excessivamente técnico, muito burocrático.
> • Número excessivo de bolsistas e supervisores por coordenador de área, prejudicando o trabalho (p. 107).

Essas questões apontadas por bolsistas coordenadores de área e supervisores da escola pública mostram alguns limites, mas percebe-se que não há um olhar de estranhamento quanto à proposta do programa. Ou seja, os participantes não problematizam as intencionalidades do PIBID no sentido de apontar o não investimento do governo, em tempo hábil, nas licenciaturas.

Outra questão quanto às limitações do programa e não mencionada acima, refere-se à participação dos alunos. Ou seja, no caso da UFG nem todos os estudantes podem participar do PIBID, pois existem critérios de seleção. Essa realidade é percebida no relato de experiência de um dos bolsistas ao chamar a atenção ao fato de que o programa deveria dar acesso a todos os acadêmicos da universidade. Afirma:

> Considero que o PIBID me oportunizou relacionar o ensino à pesquisa para o aprimoramento de minha formação docente, e que essa oportunidade deveria ser estendida a todos os demais alunos da licenciatura, como forma de possibilitar uma formação mais sólida e segura. (LIMA, 2013, p. 9.658).

Essa afirmação possibilita refletir sobre a pequena parcela de alunos da licenciatura que participa do programa, isto é, nem todos podem ter a oportunidade de acesso ao PIBID. Na UFG um dos critérios para seleção do estudante, que deseja participar do programa, é a sua nota no extrato acadêmico. Esta nota deve ser alta, pois influencia na sua media global; com isso o aluno torna-se competitivo, ou seja, compete com os demais mediante suas boas notas para merecer participar.

Outra questão, e a falta de apoio por parte da direção escolar, infraestrutura não adequada e falta de interesse de alguns alunos ou professores para o desenvolvimento do programa nas escolas.

O desinteresse por parte de professores e de alunos da escola com o programa é relatado por alunos licenciandos do curso de Matemática da UFG. Segundo eles:

> [...] falta de apoio por parte de alguns professores de matemática do colégio, que mesmo sendo procurados pela professora supervisora, pibidianos e subcoordenadora de área, não se interessam em trabalhar em parceria. [...] Mais um problema é que o número de alunos que frequentam a monitoria deveria ser bem maior do que o atual, mas a falta de incentivo de alguns professores e principalmente o desinteresse que toma conta dos alunos de hoje é um grande limitador (A. FILHO [et al], 2013, p. 9.498).

Ainda quanto à monitoria, outros bolsistas ainda afirmam que a procura por ajuda ocorria apenas em momentos específicos, pontuais.

> [...] Um ponto que nos chamou atenção foi o da pouca procura por parte dos alunos durante as duvidas corriqueiras das aulas, procurando-nos somente nos períodos próximos as avaliações, ou quando o professor propunha algum trabalho a ser resolvido. Isso nos levou a questionar sobre as metodologias adotadas nas aulas, e sobre o interesse dos alunos com a disciplina (SOUZA [et al], 2013, p. 9.318, 9.319).

Medeiros e Pires (2014) não deixam de perceber alguns avanços do PIBID, mas por outro lado apontam em seu estudo:

> O Pibid pode ter contribuído em alguns aspectos com as questões da formação docente, porém, não se pode desconsiderar a necessidade de uma avaliação profunda em seus interesses, investimentos e resultados. Mesmo sendo agora um programa de Estado, o Pibid foi pensado e implementado como um programa de governo, e por isso traz em seu bojo intencionalidades e parcialidades. Inicialmente, se trata de um programa emergencial que visa atender à falta de professores em disciplinas específicas da educação básica, demonstrando com isso, que algo deixou de ser feito em tempo hábil para ser atendido somente agora (MEDEIROS; PIRES, 2014, p. 12).

O posicionamento das autoras desvela o PIBID não apenas como um programa criado para atender algumas emergências relacionadas com a carência de professores em algumas disciplinas específicas, mas vai mais longe ao afirmarem que programas como o PIBID não precisariam existir se tivéssemos uma política pública que contemplasse a formação dos professores em relação a melhores condições de trabalho, salário, valorização profissional entre outros.

Moura (2013), por sua vez, ao analisar o PIBID, ressalta que é preciso, sim, uma política pública que considere a formação inicial e continuada dos docentes. E que esta formação deva ser pensada por meio de sugestões dadas por aqueles profissionais que atuam na docência. Participação mediante uma gestão democrática, dando voz a todos aqueles que atuam na escola.

O autor analisa que o programa e as bolsas concedidas fazem com que os alunos permaneçam na licenciatura. Com isso, mediante o recurso financeiro concedido, os bolsistas podem terminar a graduação e, quem sabe, ingressem na profissão docente.

Nesse sentido, Moura (2013) afirma que os alunos bolsistas podem permanecer na licenciatura apenas pelo incentivo que ganham financeiramente e não por gostarem da profissão.

> Considerando-se o contexto e as atuais políticas educacionais brasileiras [...], podemos afirmar que este Programa se configura como uma investida para assegurar que os ingressantes nos cursos de licenciatura possam, pelo menos, chegar ao final do curso e concluírem a graduação, sendo esta o requisito mínimo para o ingresso na carreira docente (p. 142).

Outra ponderação relevante de Moura quanto à formação de licenciados é a de que:

> [...] As universidades e os cursos de formação têm assumido compromissos com esses programas e exercendo um protagonismo no campo formativo, muitas vezes, sem avaliar os impactos ou propor investigações sobre as contribuições dessas políticas e desses programas para a formação dos docentes que atuarão/atuam na Educação Básica (p. 54).

As reflexões do autor levam a problematizar os programas governamentais voltados para formação inicial de professores. E isso se estende também ao PIBID, pois cabe às universidades parceiras avaliarem os resultados desse programa, verificando tantos as contribuições quanto os limites para formação de professores.

Ao mesmo tempo, Moura (2013) ainda pondera sobre o papel do Estado na elaboração de políticas públicas para a educação apontando para uma dicotomia entre política de governo e política de Estado, como se pode ler:

> [...] em certa medida pode-se afirmar que, se as políticas mantêm hoje, certa distância entre quem as formulam e o público a quem se destinam, entendemos que há um distanciamento entre o Estado e os anseios populacionais. Nessa perspectiva, cabe pensar se os legisladores, como representantes do povo, consequentemente, representam o Estado brasileiro ou representam apenas um governo em um determinado período. Daí as dicotomias entre as políticas de Estado e as políticas de governo (p. 66).

Moura (2013) ainda tem o seguinte posicionamento sobre o PIBID:

> [...] considerar que as mazelas da educação serão resolvidas com a melhoria da formação inicial de professores e, principalmente, confiar que essas mudanças virão apenas por uma política de incentivo à docência, é um equívoco. Compreendemos que, para as melhorias desejadas e necessárias, os avanços devem abranger os campos da formação inicial e continuada, a melhoria das condições de trabalho, de salário e de carreira com um projeto que vise à totalidade, um projeto educativo baseado, antes de tudo, em um projeto de país (p. 148).

Em vista dos argumentos apresentados pelos autores é possível perceber que uma educação de qualidade precisa de ações que vão para além de programas que envolvam a formação inicial e continuada de professores, pois ações pontuais não são suficientes. É preciso que, além de uma formação de qualidade, haja um investimento nas melhorias das condições de trabalho, carreira e salário docente.

Neste momento, diante da situação econômica e política do país, é preciso problematizar o PIBID diante dos cortes orçamentais. Nesse sentido, as contribuições de artigos publicados em revistas como o boletim "Pensar a Educação" são relevantes.

Segundo o editorial do boletim, o PIBID apesar de ser um programa considerado importante na formação inicial de professores e para qualidade da educação, apresenta sua decadência, uma vez que está submetido a cortes no orçamento do MEC.

Diante da decisão de cortes em vários programas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO/MEC), a Coordenação Geral do Programa de Valorização do Magistério PIBID, em carta, assim se manifesta:

> [...] ainda não recebemos uma posição oficial da SPO/MEC sobre o tamanho do corte orçamentário que será imposto à DEB. O que sabemos, de fato, é que os cortes virão e serão agressivos, implicando na interrupção imediata – parcial ou total – de programas estruturantes da Diretoria como o Pibid, o Pibid Diversidade e o Parfor (EDITORIAL, 2015).

Ainda não há oficialmente o tamanho que será os cortes no orçamento do programa, mas esses cortes surgirão, provocando uma redução orçamentária nas partes ou totalidades do programa.

Segundo o Fórum PIBID nacional, no mês de julho foi apresentado um corte de 50% das bolsas do PIBID e que, até final do ano de 2015, os corte podem atingir a 75% ou 90%. Sobre os critérios dos cortes e prazos não há nada decidido (EDITORIAL, 2015).

Outra notícia, publicada no G1 Globo, em junho de 2015, anuncia que professores e alunos protestaram contra os cortes no programa PIBID na cidade de Petrolina, no sertão de Pernambuco. Estudantes e professores de quatro universidades de ensino superior do Vale do São Francisco estavam no movimento para protestar contra os cortes no PIBID. A Coordenadora Geral do PIBID do Instituto Federal Sertão – PE, afirmou que a manifestação está acontecendo em todo o país, a favor da permanência do PIBID sem cortes, e que muitas universidades podem ser prejudicadas pelos cortes nos orçamentos. Uma professora dessa mesma instituição argumenta que enquanto o programa está crescendo na cidade é anunciado o corte (G1 GLOBO, 2015).

Da mesma forma, a Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), manifestaram-se contra os cortes ao PIBID. Essas entidades

encaminharam uma carta ao Ministro da Educação e ao presidente da CAPES, requerendo que os mesmos lutem pela permanência do financiamento do programa PIBID no Brasil.

Em destaque um trecho da carta:

> Pela maneira como foi idealizado, estruturado e posto em funcionamento, e, principalmente, pelo ambiente profícuo que introduziu em nosso sistema de ensino, o Pibid representa uma daquelas medidas indispensáveis para que ocorram melhorias estruturais na educação brasileira. Sabemos todos: bons alunos advêm de bons professores e educação de qualidade exige educadores qualificados. É nessa direção que o Pibid caminha. Não se pode paralisá-lo, não se pode impedi-lo de atingir seus objetivos (JORNAL, 2015).

A SBPC e a ABC argumentam a favor da continuidade do PIBID considerando ser um programa importante para que aconteçam as melhorias na educação do país. Consideram que profissionais qualificados são frutos de uma boa formação, com bons professores formadores. Ainda destacam que o PIBID é um marco histórico na educação, que vem contribuindo na valorização do magistério.

As entidades ainda argumentam que o governo se mostra incoerente com o discurso da "Pátria Educadora" baseado em estímulos, confiança e mudanças na educação para que o Brasil supere os problemas educacionais; com a aprovação dos cortes, pelo governo, o lema cai no vazio, apontando o descompromisso do Estado para com a educação brasileira.

Por outro lado, segundo a CAPES, quanto aos cortes no orçamento do PIBID, divulgou que as bolsas de formação inicial não serão canceladas.

> A CAPES esclarece que nenhum bolsista do PIBID que se encontra no sistema de pagamento da CAPES terá sua bolsa descontinuada. Ressalta-se ainda que todos os comunicados desta instituição são divulgados pela Direção do órgão, não sendo autorizado o envio de mensagem de caráter oficial por servidores. A CAPES informa ainda que está se adequando ao limite orçamentário que lhe foi estabelecido, em permanente diálogo com o Ministério da Educação, de forma a garantir a manutenção dos programas e ações estruturantes e essenciais. Ressaltamos novamente que não haverá interrupção de programas em funcionamento (O GLOBO, junho, 2015).

Nesse sentido a Capes garante que nenhum bolsista terá sua bolsa interrompida, e que está ajustando por meio do dialogo, ao orçamento que é proposto com o Ministério da Educação, para prevalecer à continuidade dos programas.

Ainda segundo as informações do Relatório de gestão da Capes (DEB) 2009-2014, este esclarece "A expansão, todavia, dependerá da recomposição do orçamento do Pibid e da liberação de recursos orçamentários para promover, com qualidade, seu crescimento" (DEB, 2009-2014, p.113). Assim sendo, a ampliação do PIBID depende do orçamento que ele possui, para proporcionar qualidade e desenvolvimento do programa.

Se por um lado, o Relatório de gestão da Capes (DEB) 2009-2014 apresenta expectativas quanto ao programa em 2015, dentre elas a expansão do PIBID; por outro lado, existem cortes orçamentais que podem afetar, por falta de recursos financeiros, a permanência do PIBID.

CONCLUSÃO

O PIBID teve seu inicio enquanto um programa de governo objetivando a formação inicial de professores no intuito do aprimoramento da formação docente ao fazer parceria com a escola pública, buscando garantir a qualidade da educação do país.

A formação inicial é um dos meios essenciais para a qualidade da educação, pois se os professores tiverem uma boa formação nas instituições de ensino superior, há possibilidades de termos professores preparados e qualificados para a docência.

Nas escolas em que o PIBID funciona, espera-se que haja a troca de experiências entre os estudantes em formação com os professores que já atuam na docência elevando também o resultado do IDEB das escolas públicas.

Sobre a valorização do magistério temos que a formação dos professores deve acontecer nas universidades e que é dever do Estado garantir essa formação de qualidade.

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) o PIBID foi incorporado a uma política de Estado ao se apresentar como uma das estratégias para se alcançar o objetivo da meta 15, como se lê "**Ampliar programa permanente de iniciação à docência** a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de incentivar a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública" [(BRASIL, 2014, grifo nosso)].

Apesar do PIBID ter sido incorporado ao PNE para a próxima década, os cortes orçamentais do governo federal tem comprometido a continuidade do programa.

A Capes garante que não haverá a descontinuidade do PIBID afirmando que lutará por sua permanência, já que tem proporcionado um grande avanço na educação do Brasil, apresentado bons resultados para formação inicial e continuada de professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A. FILHO, José Diomar S. [et.al]. PIBID: desafios, superações e conquistas por um ensino de matemática de qualidade. In: Anais do XI CONPEEX, Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão: conhecimento e riqueza. 2013. Anais eletrônicos... p. 9.495 – 9.499. Disponível em: <http://eventos.ufg.br/SIEC/portalproec/sites/site7201/site/artigos/05_pibid/05_pibid.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2015.

AVELAR, Lorena Láisse Silva; ALMEIDA, Flávia Cristina de; SOLAZZI, José Luís. Experiências e etnografias no colégio estadual polivalente dr. Tharsis campos. In: Anais do XI CONPEEX, Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão: conhecimento e riqueza. 2013. Anais eletrônicos... p. 9.536 – 9.539. Disponível em: <http://eventos.ufg.br/SIEC/portalproec/sites/site7201/site/artigos/05_pibid/05_pibid.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 20 julho 2015.

_____. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência- PIBID e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm>. Acesso em: 7 jul 2015.

____. Lei 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 7 jul 2015.

_____. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm > Acesso em: 30 jul 2015.

_____. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2008.

CAPES. Edital nº 001/2011. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Detalhamento do projeto institucional. Disponível em:

<http://pibid.prograd.ufg.br/up/296/o/UFG_PROJETO_INSTITUCIONAL_PIBID_2011.pdf>. Acesso em: 19 nov.2015.

CAPES. Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013a. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Educação básica. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf >.Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. DEB. Relatório de Gestão 2009-2011. Brasília: CAPES, 2013b. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/2562014-relatrorio-DEB-2013-web.pdf >. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. DEB. Relatório de Gestão 2009-2014. Brasília: CAPES, 2015 Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/20150818_DEB-relatorio-de-gestao-vol-1-com-anexos.pdf>. Acesso em: 05 out. 2015.

EDITORIAL. PIBID: o ocaso de um projeto exitoso? Pensar a educação em pauta. Ano III - Edição 087, sexta-feira, 19 de junho de 2015 Disponível em: <http://www.pensaraeducacaoempauta.com/#!pibid-o-caso-de-um-projeto-exitoso/c1ct8>. Acesso em: junho 2015.

GATTI, Bernardete A. [et al]. Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Fundação Carlos Chagas, São Paulo: FCC/SEP, 2014.

G1 Globo. Professores e alunos protestam contra cortes no Pibid em Petrolina. Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2015/07/professores-e-alunos-protestam-contra-cortes-no-pibid-em-petrolina.html > .Acesso em: julho de 2015.

JORNAL da Ciência. SBPC e ABC manifestam-se contra cortes no Pibid. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/1-sbpc-e-abc-manifestam-se-contra-cortes-no-pibid/>. Acesso em: junho de 2015.

LIMA, Urânia Alves de. Em busca de uma práxis pedagógica: Relato de experiência do PIBID de Artes Cênicas e Música da UFG. In: Anais do XI CONPEEX, Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão: conhecimento e riqueza. 2013. Anais eletrônicos... p. 9.654 – 9.659. Disponível em: <http://eventos.ufg.br/SIEC/portalproec/sites/site7201/site/artigos/05_pibid/05_pibid.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2015.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U. 1896, p.11-44.

MEDEIROS, Josiane Lopes; PIRES, Luciene Lima de Assis. O Pibid no bojo das politicas educacionais de formação de professores. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v.21, n.2, p. 1-13 mai/ago. 2014.

MOURA, Eduardo Junio Santos. Iniciação à docência como política de formação de professores. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. Faculdade de educação. 2013, p.161. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15025/1/2013_EduardoJunioSantosMoura.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2015.

O GLOBO. Capes garante que não cancelará bolsas em vigência de programa que forma professores. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/capes-garante-que-nao-cancelara-bolsas-em-vigencia-de-programa-que-forma-professores-1>. Acesso em: junho de 2015.

SOUZA, Ana Flávia Bueno de [et al]. Monitorias e auxílios em sala de aula como um meio de se ensinar Matemática. In: Anais do XI CONPEEX, Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão:

conhecimento e riqueza. 2013. Anais eletrônicos... p. 9.317 – 9.321. Disponível em: <http://eventos.ufg.br/SIEC/portalproec/sites/site7201/site/artigos/05_pibid/05_pibid.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2015.

MINIBIOGRAFIA

Juliana Alves da Guarda (julianaalvesjti@hotmail.com)



Graduada do curso de Pedagogia, pela Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência.

Link para o currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/5417238759029558

Elizabeth Gottschalg Raimann (elizabethraimann@gmail.com)



Possui graduação em Pedagogia, mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Atua como docente na Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí. Exerce atividades de ensino na graduação, área de didática e estágio supervisionado na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; pós-graduação Mestrado em Educação, área de políticas educacionais, gestão e formação de professores. Pesquisadora na área de política e gestão educacional, trabalho e profissionalização docente e formação de professores. Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Educação (GPEDE) Universidade Federal de Uberlândia/MG, e Núcleo de Pesquisas Formação de Professores e Práticas Educativas (NuFOPE) Universidade Federal de Goiás/ Regional Jataí.

Link para o currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/1315277492758269